Centro Universitário do Distrito Federal – UDF
Coordenação do Curso de Direito

Ana Patrícia Freitas Oliveira

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO
DELEGADO DE POLÍCIA**

Brasília
2013

Ana Patrícia Freitas Oliveira

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO
DELEGADO DE POLÍCIA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Coordenação de Direito do
Centro Universitário do Distrito Federal -
UDF, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Valdinei Cordeiro Coimbra

**Brasília
2013**

Reprodução parcial permitida desde que citada a fonte.

Oliveira, Ana Patrícia Freitas.

A aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia /
Ana Patrícia Freitas Oliveira. – Brasília, 2013.
xx f.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de
Direito do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito. Orientador: Valdinei
Cordeiro Coimbra

1. Assunto. I. Título

CDU 343.2

Ana Patrícia Freitas Oliveira

A aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Valdinei Cordeiro Coimbra

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Nome do Examinador

Titulação

Instituição a qual é filiado

Nome do Examinador

Titulação

Instituição a qual é filiado

Nome do Examinador

Titulação

Instituição a qual é filiado

Nota: _____

Dedico a Deus, à minha família e aos amigos pelo apoio na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ser um príncipe comigo, me amando incondicionalmente e me honrando concedendo mais essa conquista em minha vida, das muitas que creio que virão. Aos meus pais Marta e Aldir, que se tornaram um exemplo de luta e determinação, e aos quais tenho prazer em ser filha. Agradeço-os por tudo que fizeram e sacrificaram para que eu pudesse alcançar essa realização. Meus eternos agradecimentos. Aos meus tios, em especial Marlene e Geraldo Afonso Cunha que desde o início demonstraram preocupação, dando todo apoio, não medindo esforços para que sua sobrinha alcançasse essa vitória. O meu muito obrigado e estimas por todo o sempre. Às minhas amigas e amigos, por nunca me abandonar e sempre ter uma palavra pronta para não me deixar desistir, incentivando-me sempre a prosseguir, em especial Clara Cecília, Diego Tavares e Raquel Ilha. Agradeço também aos meus estimados professores não somente por terem transmitido a matéria do curso, mas por me ensinarem a amar o Direito. Ao meu professor e orientador Valdinei Cordeiro Coimbra que mesmo sem querer, através de uma de suas palestras, despertou esse tema em minha mente me incentivando a pesquisar, e ainda por ter a paciência de me orientar. Por fim, agradeço a todos que confiaram em minha capacidade e contribuíram de alguma forma para que esse trabalho fosse finalizado.

“Vão dizer que você nasceu pra vencer, e já sabiam por que você tinha mesmo cara de vencedor, e que se Deus quer agir: Ninguém pode impedir”.

(Damares)

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar a aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia, que diante sua competência e saber jurídico pode fazer a análise técnico-jurídica aplicando aos fatos aparentemente típicos o princípio da insignificância diante da pequena lesão praticada pelo suposto infrator. Defende-se neste trabalho a aplicação devidamente fundamentada para que se possa ser realizado com rigor a justiça na esfera penal brasileira, tratando-se cada caso com o seu devido peso e proporcionando ao Judiciário uma forma de desafogar as mesas dos Magistrados, membros do Ministério Público e a quem mais possa interessar. Aplicando-se em conjunto o princípio da economia processual, evitando mover toda a máquina da justiça para que ao prolatar da sentença o Juiz utilize o princípio da insignificância, assim como a Autoridade Policial já poderia ter se valido deste mecanismo sem ter proporcionado maiores gastos. Ao longo do trabalho, será disponibilizado conhecimento dos conceitos e posicionamentos doutrinários de cada tópico para melhor explanação e visualização da possibilidade da aplicação por parte da Autoridade Policial, qual seja o Delegado de Polícia.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Aplicação. Delegado de Polícia

ABSTRACT

This study aims to examine the application of the principle of insignificance by the Chief of Police, who on his expertise and legal knowledge can operate the law to the facts atypical applying the principle of insignificance in the face of minor injury committed by the alleged offender. We argue in this study, the application duly substantiated so that one can be held strictly in criminal justice Brazilian treating yourself each case its due weight to the judiciary and providing a way to vent the tables of the Learned Judges, members of prosecutors and anyone else who might be interested. Applying together the principle of procedural economy, avoiding mess entire machinery of justice to the pronouncing of the sentence the judge use the principle of insignificance, as well as the Police Authority could have already been using this mechanism without having provided higher expenses. Throughout the work, we will take knowledge of concepts and doctrinal positions of each topic to the best explanation and visualization can be enforced by the Police Authority, which is the Chief of Police.

Keywords: Principle of insignificance. Application. Chief of Police.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS

Art.	Artigo
Obs.	Observação
P.	Página

SIGLAS

CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
STF	Supremo Tribunal Federal
CF	Constituição Federal
DGP	Delegacia Geral de Polícia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	16
2.1 A ORIGEM DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	16
2.2 CONCEITO	18
2.3 TIPICIDADE PENAL.....	20
2.3.1 Tipicidade Formal, Tipicidade Conglobante e Tipicidade Material	21
2.4 O BEM JURÍDICO	23
2.5 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUANTO À NATUREZA JURÍDICO-PENAL	24
3 POLÍCIA JUDICIÁRIA	27
3.1 A POLÍCIA JUDICIÁRIA NA HISTÓRIA	27
3.2 A POLÍCIA JUDICIÁRIA NO BRASIL	30
3.3 O PODER DE POLÍCIA.....	33
3.4 AS DIFERENÇAS ENTRE A POLÍCIA ADMINISTRATIVA E A POLÍCIA JUDICIÁRIA	34
4 O DELEGADO DE POLÍCIA COMO PROFISSIONAL DA ÁREA JURÍDICA	37
4.1 ATRIBUIÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	38
5 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA ...	47
5.1 O PODER DISCRICIONÁRIO DA AUTORIDADE POLICIAL.....	47
5.2 A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	48
5.2.1 Benefícios ao processo penal	51
5.2.2 Fundamentação adequada para o uso do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia	52
5.2.3 Previsão legal como solução	52
6 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A aplicação pelo Delegado de Polícia do princípio da insignificância nas infrações de menor potencial ofensivo tem se apresentado como um tema cada vez mais destacado na seara jurídica.

A escolha deste tema foi motivada por esse destaque e pela dúvida existente acerca da possibilidade e da legitimidade do Delegado de Polícia como Autoridade Policial para disciplinar suas condutas em alguns casos, a exemplo do reconhecimento do princípio da insignificância diante de um caso concreto que lhe for apresentado.

No decorrer deste estudo serão esclarecidos alguns pontos importantes, tais como conceitos, origens, natureza-jurídica, tipicidade penal, entre outros pontos referentes ao princípio da insignificância, a Polícia Judiciária, ao Delegado de Polícia como profissional da área jurídica, e por fim, sobre a aplicação do princípio da Insignificância pela Autoridade de Polícia Judiciária.

Para a construção desta Monografia foram feitas pesquisas em doutrinas, documentos eletrônicos, leis diversas, julgados de tribunais pátrios, dentre outros textos que puderam auxiliar no esclarecimento e debate em torno do problema que norteou o estudo. A pesquisa referida permitiu ainda a reflexão por parte da Pesquisadora sobre a necessidade de uma legislação especial que dê competência ao Delegado de Polícia para reconhecer e aplicar o princípio da insignificância diante de um caso concreto, bem como sobre os recursos que tal medida causará no cenário jurídico penal e processual penal brasileiro.

Após as considerações anteriores, será apresentado o estudo realizado em torno do princípio da insignificância. Importa destacar, neste contexto, que apesar de haver divergências sobre a origem deste princípio, está pacificado o fato de ele ter sido introduzido por Klaus Roxin na Alemanha, no ano de 1964, fundado no brocardo jurídico *minimis non curat praetor*, que propõe uma interpretação restritiva aos tipos penais, excluindo a conduta do tipo quando as lesões aos interesses sociais forem insignificantes.

O seu conceito não está determinado na legislação, mas encontra-se implícito na Magna Carta Brasileira por meio de seus valores, como a dignidade da pessoa humana, a proteção à vida, entre outras, sendo por meio disto, elaborados critérios razoáveis para delimitação de condutas que podem ser classificadas como insignificantes.

Trata-se de um instrumento judicial aplicável aos crimes de bagatelas, interpretando condutas que não ofendem bens jurídicos tutelados. Entretanto, surge a indagação: *como definir uma conduta como insignificante?* A resposta desta questão levará o operador do Direito a verificar o desvalor da conduta do agente e do resultado que ela produziu, de forma quantitativa e qualitativa, ao bem jurídico afetado.

Sendo assim, o princípio em comento se fundamenta na sua própria essência e se constitui em um instrumento usado subsidiariamente pelo Direito Penal para interpretar condutas de forma restritiva e se aplicá-lo às que forem consideradas atípicas. *Mas, o que seriam condutas atípicas?* Com o desenvolver deste trabalho é mostrado que essas condutas para serem atípicas para o Direito Penal e, portanto, passíveis de serem contempladas pelo princípio da insignificância, deverão obedecer a vários requisitos, dentre eles a insignificante ofensa ao bem jurídico da vítima, fundamentando-se este requisito no fato de que o Direito Penal não de se preocupar com crimes de bagatela, do mesmo modo que não podem é necessário que não seja possível encaixar a conduta ao tipo penal descrito em lei, ser admitidos tipos incriminadores que descrevam condutas totalmente inofensivas ou incapazes de lesar bens jurídicos de outrem.

Quanto à natureza jurídica do princípio da insignificância, a pesquisa revelou que há três correntes defendidas pelos doutrinadores, a saber: a majoritária, que a trata como excludente de tipicidade, a que o considera como excludente da antijuricidade, e a corrente minoritária, que o considera como excludente de culpabilidade.

Em seguida é apresentado um estudo sobre a história da Polícia Judiciária, enfatizando-se a sua atuação no Brasil, passando-se à análise do Poder

de Polícia e da diferença que se faz presente entre a Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária.

As atividades de Polícia na Grécia Antiga eram exercidas pelo governo. A palavra Polícia advém do latim *politia*, e na Grécia era chamada de *politeia*, palavra originária de *polis*, que significa cidade.

No Brasil, conforme será mostrado neste relatório de pesquisa, foi de Portugal que as manifestações de Polícia foram trazidas. Lá na Terra de Cabral existiam as Ordenações Afonsinas, que tratavam os magistrados e policiais do mesmo modo. No ano de 1.521 vieram as Ordenações Manoelinas, que apesar de ter em sua essência que todo o poder era exercido em nome do Rei de Portugal, na verdade eram os Governadores que detinham o Poder de Polícia, de acusação e julgamento, seguindo-se ao sistema inquisitório vigente.

Em 1.760, o Rei de Portugal regulou a atividade preventiva e repressiva policial e criou o cargo de “Delegados de Província”, “comissários constituídos nas cabeças de Comarcas”, e “réus de delito”.

Em 3 de dezembro de 1841, foi criada por Dom Pedro II, a Lei nº 261, que dispunha sobre a Polícia, os Chefes de Polícia e suas devidas atribuições, os Juízes Municipais, os Promotores Públicos, os Juízes de Direito, os Jurados, entre outros aspectos pertinentes ao processo criminal.

Com a queda do Império e a promulgação da Constituição Federal, em 1891, a administração dos Estados-membros passou a ser feita por eles mesmos, que passaram a gozar de autonomia; no ano de 1.902 foi reformulada a Polícia, criando-se a Polícia Civil e militar.

Os atributos afetos ao Poder de Polícia são peculiares ao exercício de sua função, tais como a auto-executoriedade, a coercibilidade e a discricionariedade. Desta forma, o Poder de Polícia é um meio para frear abusos individuais que se revelam nocivos ou inconvenientes ao bem-estar social, ao desenvolvimento e a segurança da sociedade, sendo este poder limitado pelas normas legais.

O Brasil acatou o sistema policial francês, ou seja, dividiu a Polícia em administrativa e judiciária. A Polícia administrativa tem por finalidade prevenir crimes, evitar perigos, proteger a coletividade, assegurar os direitos de seus componentes, sendo que sua ação é exercida antes da infração da lei penal. Quanto à Polícia Judiciária, esta se destina à investigação dos ilícitos penais ocorridos, buscando a autoria destes e juntando provas para encaminhá-los ao judiciário para que seu agentes sejam processados e julgados, na forma de lei.

A carreira de Delegado de Polícia como Polícia administrativa que visa a evitar perigos e a proteger a coletividade, teve procedência na Lei nº 261, de 03 de Dezembro de 1842, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, que estabeleceu os cargos de Chefe de Polícia, que era desempenhado por Desembargadores e Juízes de Direito, de Delegado de Polícia, que era exercido por Juiz de Direito e subDelegado de Polícia, sendo estes desempenhados por cidadãos de reputação imaculada.

Este modelo, então em evidência, teve suas funções mitigadas com o advento da Emenda 35, editada por questões políticas, na década de 80, acarretando reflexos que perduram até aos dias atuais.

Antigamente para se conseguir alcançar a carreira de Delegado, precisava-se ser detentor do cargo de Juiz de Direito com atuação a pelo menos quatro anos na magistratura municipal ou de órfãos, ou deter o cargo de Promotor Público por iguais quatro anos, sendo que para galgar este cargo, assim como o de Juiz Municipal, era necessário ser bacharel em direito e a nomeação destes era feita pelo Imperador, ou em sua ausência, pelos Juízes de Direito.

Atualmente para atuar como Delegado de Polícia, faz-se imprescindível o título de bacharel em Direito e a aprovação em concurso público relativo a área jurídica, condições exigidas pela Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 e ainda a admissão no curso de formação da academia de Polícia. Vê-se que para o exercício do cargo de Delegado de Polícia é necessário conhecimentos teóricos e práticos referentes às matérias constitucionais, penais, processuais penais e outros ramos do Direito, ou seja, notório saber jurídico. Muitos são os que entendem que, aos poucos a figura do Delegado de Policia volta a ter

reconhecimento e prestígio tão necessários ao exercício das funções afetas à Polícia Judiciária.

O Delegado de Polícia possui inúmeras atribuições e que serão mostradas no decorrer deste trabalho. Suas atribuições vão além de apenas presidir inquéritos e investigações policiais, como por exemplo, inúmeras atribuições de cunho administrativo, conferidas ao Delegado por normas estaduais ou regimentais. A realidade em que se encontra envolta a Polícia Judiciária, demonstra a grande importância do cargo de Delegado de Polícia e exterioriza o prestígio que se deve conferir a este funcionário público.

Após a análise sobre o princípio da insignificância e das necessárias explicações sobre a Polícia Judiciária e as suas funções legais e constitucionais, será abordado o objetivo central da pesquisa ora relatada, foi o de se evidenciar a importância da aplicação de vanguarda do princípio da insignificância pela Autoridade de Polícia Judiciária, na pessoa dos Delegados de Polícia.

Um aspecto relevante para o contexto estudado reside no fato de o Delegado de Polícia ser possuidor de poder discricionário, ou seja, de liberdade para valorar as práticas que policia e graduar as punições aplicáveis aos criminosos.

Entretanto, é necessário que se elabore perfeitamente a fundamentação do ato discricionário, valendo-se do princípio da proporcionalidade e do bom senso. Constatou-se com a pesquisa que no estado de São Paulo já se encontra uma regulamentação legal da atividade policial que define procedimentos a serem tomados quando da possibilidade de se aplicar o princípio da insignificância.

Por fim, este relatório de pesquisa mostrará que é perfeitamente viável que a Autoridade Policial possua competência para analisar os casos concretos que lhes são apresentados, reconhecer e interpretá-los, se for o caso, conforme o princípio da insignificância. Não se trata, todavia, de uma forma de permitir que o crime seja aceito de algum modo, mas sim, de se buscar a realização da justiça de forma mais célere, evitando-se o encarceramento de suspeitos de condutas típicas que podem ser afastadas em face da aplicação do princípio em destaque. Esta medida, partindo-se de um ato devidamente fundamentado pela Autoridade Policial, culminará na desobstrução do Poder do Judiciário, no fortalecimento do princípio da

economia processual e evitará o desperdício de tempo, trabalho por parte dos responsáveis pela investigação e também dos membros do Ministério Público.

2 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Para discorrer sobre o princípio da insignificância optou-se por dividir este capítulo em três tópicos e esses foram subdivididos para melhores explicações sobre o princípio em tela.

O primeiro tópico aborda a origem do princípio da insignificância e a posição de doutrinadores como Roxin, Lopes, Wezel, entre outros, que apresentam aspectos relevantes sobre o referido princípio.

Num segundo momento, tem-se a conceituação do princípio, sendo certo que ainda não se tem a sua definição legal; aborda-se o princípio sob o aspecto de uma aplicação mínima do Direito Penal, que carece ser chamado como *ultima ratio*, ou seja, apenas quando os demais ramos do direito se tornam ineficientes.

Por derradeiro, apresenta-se a caracterização do princípio da insignificância, sendo abordado a sua tipicidade penal com foco em posições doutrinárias, juntamente com os elementos que compõem a estrutura do delito, o conceito de bem jurídico e as correntes relativas à posição jurídico-penal do princípio em comento.

2.1 A ORIGEM DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

A origem do princípio da insignificância é divergente entre os doutrinadores. Alguns deles asseguram que este princípio advém do Direito Romano, sendo reintroduzido no Direito Penal por Klaus Roxin, na Alemanha, no ano de 1964, fundado no brocardo jurídico *minimis non curat praetor*, que sustenta que o magistrado não deve se preocupar com questões insignificantes, pois não há necessidade de aplicação de uma pena em um fato não punível. Ou seja, propondo a interpretação restritiva aos tipos penais, excluindo a conduta do tipo a partir da insignificante importância das lesões ou danos aos interesses sociais (BRUTTI, 2007, p. 35-36).

Já para Lopes (2000, p. 41-43), a origem do princípio da insignificância não ocorreu no direito romano, pois tal fora desenvolvido sob a ótica do direito

privado, considerando o brocardo *minimis non curat praetor* como um ditado, apesar de poder ser aplicado algumas vezes ao Direito Penal. Assim, o referido autor afirma que o princípio da insignificância surgiu na Europa, na primeira metade do século XX, com as consequências do término da Primeira Guerra Mundial, sobretudo na Alemanha, onde o impacto sofrido na economia acarretou na ocorrência de pequenos furtos de caráter patrimonial e que foram denominados como “crimes de bagatela”. Lopes menciona Klaus Roxin como o primeiro estudioso do Direito a apresentar a teoria do princípio da insignificância, o que fez na Alemanha.

Klaus Roxin, entretanto, não foi o único responsável pela introdução do princípio da insignificância como instrumento para aferir a tipicidade material no Direito Penal. Nesse sentido, para Welzel, a teoria do princípio da adequação social de Roxin já era o bastante para excluir as lesões de pequena significância da área penal. Entretanto, conforme relata Toledo (1994, p. 133) a crítica dogmática considerou insuficiente a adequação social, e disto surgiu a ideia de Roxin propondo “a introdução no sistema penal, de outro princípio geral para a determinação do injusto, o qual atuaria igualmente como regra auxiliar de interpretação”

Desta maneira, Welzel (2001, p. 59) advertiu que um acontecimento pode ser típico se acolher ao que estiver descrito legalmente, mas além disso, tem que sempre indagar se ainda assim esse comportamento chega a atacar realmente as relações sociais, a prejudicar vontades e interesses importantes e, sobretudo, a paz e a harmonia da convivência social. Daí a formulação da chamada “Teoria da Adequação Social”, que logo afastava da seara penal as lesões insignificantes.

Assim, vê-se que o princípio da adequação social estabelece um paralelo ao princípio da insignificância, onde a conduta formalmente inserida na descrição do tipo seria materialmente atípica se se situasse entre os comportamentos socialmente permitidos. A ação adequada socialmente estaria, assim, desde o seu início, excluída do tipo, uma vez que se realizaria dentro do campo da normalidade social. Por isto não seria razoável castigar uma conduta que a sociedade consideraria como normal.

De acordo com Roxin (2004, p. 29), o legislador não possui competência para, em absoluto, castigar pela imoralidade condutas não lesivas a bens jurídicos,

bem como reconhecer que a insignificância não é característica do tipo delitivo, mas sim um auxiliar interpretativo que restringe o teor literal do tipo formal, adaptando a condutas socialmente admissíveis, devido às ínfimas lesões aos bens jurídicos.

Já para Lopes (2000, p. 74), o princípio da insignificância na legislação pátria decorre do princípio da legalidade, e afirma:

Um Direito Penal que se pretenda moderno e que viceje no interior de um espírito típico de um Estado Democrático de Direito não se contenta com uma garantia de legalidade que se limite ao plano formal, qual fosse o princípio, na verdade e na essência, uma rele projeção da anterioridade da lei penal. Impõe-se a descrição de condutas marcadas de um sentido de rigidez definidora dos padrões de condutas eleitos com a carga de ilicitude.

O autor Tiedemann (1968 *apud* GOMES, 2007 p. 317) faz referencia à teoria da insignificância, chamando-a de “princípio da bagatela”. Para ele este princípio se funda no princípio da proporcionalidade que deve vigorar entre o delito e a gravidade da intervenção estatal. Afirma, ainda, que se trata de um princípio que somente é aplicável a casos concretos e que existe possibilidade de considerá-lo como uma questão de antijuricidade material e, por fim, uma excludente de tipicidade, ou melhor, como um caso em que, ainda que haja delito, se “prescinde de pena”.

2.2 CONCEITO

Segundo Queiroz (2006, p. 35) o princípio da insignificância provém do princípio da proporcionalidade. Para Brutti (2007, p. 36), por não ter previsão legal, o princípio em estudo não possui conceito determinado em lei, encontrando-se subentendido na Constituição Federal de 1988 (CF/88), através dos ideais nela consagrados, a exemplo da proteção à vida, à liberdade e à dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, Brutti diz que é relevante que se elabore discernimentos plausíveis de demarcação de condutas que devem ser enquadradas como insignificantes, sempre sendo focalizadas nos princípios que norteiam o Direito Penal.

Ao discorrer sobre o tema em destaque, Toledo (1994) diz que “Segundo o princípio da insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o Direito Penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas”.

Portanto, o princípio da insignificância tem como alicerce a própria essência do Direito Penal, sendo suas características percebíveis através da ideia da proporcionalidade existente entre o comportamento realizado e a resposta penal que a lei, em abstrato, não é capaz de diferenciar.

No mesmo sentido acima, Silva (2006, p. 173) afirma que o princípio da insignificância está fincado nos princípios implícitos do Direito Penal não previstos na Magna Carta Brasileira e que esses podem ser complementados por dois princípios fundamentais:

Seu reconhecimento pode ser realizado ao complementar-se o Princípio da Dignidade da pessoa humana e o Princípio da Legalidade, no sentido de alcançar-se a justificação para a aplicação da pena criminal. Assim, a conjugação desses princípios da sanção punitiva revela o Princípio da Insignificância em matéria criminal, que vem a lume para afastar do âmbito do Direito Penal as condutas penalmente insignificantes como meio de proteger o direito de liberdade e igualdade na Constituição vigente.

Para Silva (2006, p. 95), o princípio da insignificância pode ser entendido como sendo “[...] aquele que interpreta restritivamente o tipo penal, aferindo qualitativa e quantitativamente o grau de lesividade da conduta, para excluir da incidência penal os fatos de poder ofensivo insignificante aos bens jurídicos penalmente protegidos”.

Há ainda diversos sinônimos utilizados por autores no Brasil, mas como salienta Ackel Filho, citado por Silva (2006, p. 85), “O princípio da insignificância pertine aos delitos de bagatela, permitindo na sua consideração pela jurisdição penal como fatos atípicos, posto que destituídos de qualquer valoração a merecer tutela e, portanto irrelevantes”.

Enfim, pode-se entender que o princípio em epígrafe é um instrumento judicial para aplicar a casos (concretos) classificados como crimes de bagatela,

tendo a função de interpretar restritivamente condutas típicas que ofendam bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal apenas de forma superficial.

A problemática que advém da afirmação anterior reside no fato de como se definir uma conduta como penalmente insignificante.

Para que seja feito esse reconhecimento, conforme explica Silva (2006, p. 150), é necessário que seja levado em conta o desvalor da ação e do resultado, a fim de se verificar o nível do prejuízo alcançado, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Ao discorrer sobre o conceito do princípio da insignificância, Silva (2006, p. 79) se expressa da seguinte forma:

A imprecisão legislativa e o caráter abstrato do tipo penal atribuem à descrição da conduta incriminada uma amplitude maior que a necessária para a proteção do bem jurídico penalmente tutelado, já que algumas condutas sem significação jurídica para o Direito Penal poderão ser alcançadas pela descrição típica.

Deste modo, o princípio da insignificância é fundamentado na sua própria essência, sendo subsidiário do Direito Penal, atuando como verdadeiro instrumento de interpretação restritiva. Isto porque o legislador, ao elaborar os tipos penais abstratos, não conseguiu imaginar as diversas extensões dos resultados advindos da conduta ilícita. Assim, vê-se a importância da aplicação deste princípio diante de um caso concreto (BARBOSA JÚNIOR; FRANZOI; MORGADO, 2007, p. 36).

2.3 TIPICIDADE PENAL

O fato típico é formado pela conduta do agente e alcança a tipicidade material pelo resultado, bem como pelo seu nexos de causalidade. Sendo a tipicidade, portanto, conforme explica Greco (2010, p. 152), a junção do comportamento praticado pelo agente ao modelo abstrato previsto na lei penal.

Na definição de Zaffaroni (1996 *apud* GRECO, 2010, p. 151), o tipo penal é um instrumento legal, logicamente necessário e de natureza predominantemente

descritiva, que tem por função a individualização de condutas humanas penalmente relevantes.

O reconhecimento do princípio da insignificância leva à atipicidade da conduta, pois esta atipicidade é formada pela tipicidade formal conglobante e pela tipicidade material.

2.3.1 Tipicidade Formal, Tipicidade Conglobante e Tipicidade Material

A tipicidade formal é o ajustamento da conduta do agente ao tipo penal previsto em lei. Caso uma conduta não se adapte a determinado tipo penal, será considerado formalmente atípica. Deste modo, por exemplo, se alguém subtraiu coisa móvel para si ou para outrem, terá formalmente praticado o tipo penal furto, sendo a conduta real e a tipificação legal previstas na legislação penal.

Neste sentido, Toledo (1999, p. 125) diz que um fato da vida real só será típico se suas características coincidirem com o que é tipificado na lei penal. Zaffaroni e Pierangeli (2006, p. 394) chamam a adequação da conduta à formulação legal do tipo de *tipicidade legal*, explicando que esta se traduz na “[...] individualização que a lei faz da conduta, mediante o conjunto dos elementos descritivos e normativos de que se vale o tipo legal”.

Ainda na vertente considerada, Silva (2006, p. 81) afirma que, para se considerar uma conduta como crime é necessário que haja um insulto relativo ao bem jurídico protegido pelo Direito Penal, conforme adiante se vê:

[...] o juízo de tipicidade penal, em razão da concepção material do tipo, apenas considerará típica a conduta que concretamente lesionar o bem jurídico-penal tutelado, não sendo suficiente para configurar o delito a simples tipicidade formal, que consiste na mera adequação do fato realizado com a descrição abstratamente prevista.

A tipicidade conglobante, por sua vez, surge quando for comprovado no caso concreto que a conduta praticada pelo agente é antinormativa, ou seja, contrária à norma penal, bem como ofensiva a bens de relevo para o Direito Penal. Assim, é necessário se comprovar a presença de dois requisitos para que seja

caracterizada a tipicidade conglobante, quais sejam, a conduta antinormativa do agente e a tipicidade material, ocorrendo critério material de seleção do bem a ser protegido.

A tipicidade material afere a importância do bem no caso concreto, para que se possa concluir se aquele bem em específico merece ou não ser protegido pelo Direito Penal. Ou seja, somente lesões que tenham de fato gerado prejuízo considerável ao bem lesado é que serão abrangidas pela tipicidade material. Tendo-se em vista essa consideração, é passível observar que neste caso é desnecessário a invocação do princípio da insignificância, vez que este ampara tão-somente lesões com ínfimo potencial lesivo, ou seja, que carecem de tipicidade material.

Zaffaroni e Pierangeli (2006, p. 396-397) salientam ainda que não se pode conceber a existência de uma conduta típica que não afete um bem jurídico, pois os tipos penais são tão-somente manifestações da tutela jurídica desses bens. Assim, a lesão a um bem jurídico é o que caracteriza a tipicidade material.

Corroborando este entendimento, Francisco de Assis Toledo (1999, p. 131) afirma:

Assim, a conduta para ser crime, precisa ser típica, precisa ajustar-se formalmente a um tipo legal de delito (*nullum crime sine lege*). Não obstante, não se pode falar ainda em tipicidade, sem que a conduta seja, a um só tempo, materialmente lesiva a bens jurídicos, ou ética e socialmente reprovável.

Nesse contexto, Mirabete (2004, p. 118) ressalta que “[...] é indispensável que o fato tenha acarretado uma ofensa de certa magnitude ao bem jurídico protegido para que se possa concluir por um juízo positivo de tipicidade”.

Sendo deveras tão subjetivo o critério para concluir se o bem atacado é insignificante ou não, há que se analisar diante de um caso concreto o conceito da razoabilidade para se definir se o bem merece ou não a tutela do Direito Penal.

2.4 O BEM JURÍDICO

Os bens jurídicos são considerados fundamentais para a convivência social e a função do Direito Penal é justamente a de proporcionar esta convivência de forma pacífica para os cidadãos, sendo importante, portanto, conceituar este elemento para melhor se entender a abrangência da tutela do Direito Penal. Roxin (2006, p. 16) assevera que bens jurídicos são “[...] circunstâncias reais dadas ou finalidades necessárias para uma vida segura e livre, que garanta todos os direitos humanos e civis de cada um na sociedade ou para o funcionamento de um sistema estatal que se baseia nestes objetivos”.

Ainda sobre o bem jurídico na esfera penal, Toledo (1999, p. 17) o define como sendo “[...] aquele que esteja a exigir uma proteção especial, no âmbito das normas de Direito Penal, por se revelarem insuficientes, em relação a ele, as garantias oferecidas pelo ordenamento jurídico, em outras áreas extrapenais”.

Dando sequência ao seu magistério, Toledo (1999, p. 17-19) diz que não se pode supor que essa proteção especial se refere a todos os tipos de lesões; protegem-se penalmente alguns bens jurídicos contra certas agressões. Explica o autor que se se criar figuras delitivas que não causem lesão potencial aos bens jurídicos, estar-se-á aceitando um sistema penal que visa a punir o agente pelo modo de viver ou pensar, como ocorre nos estados totalitários. Zaffaroni e Pierangeli (2006, p. 399) ensinam, ainda nesse sentido que:

Sob nenhum ponto de vista a moral em sentido estrito pode ser considerada um bem jurídico. A “moral pública” é um sentimento de pudor, que se supõe ter o direito de tê-la, e que é bom que a população a tenha, mas se alguém carece de tal sentimento, não se pode obrigar a que o tenha, nem que se comporte como se o tivesse, na medida em que não lesionem o sentimento daqueles que o têm.

Entende-se da citação acima que o Direito Penal não deve tutelar as concepções religiosas, ideológicas ou políticas, nem se quer o comportamento moral e sim bens jurídicos concretos.

Dessa forma, entende-se que o bem jurídico tem o poder de limitar a intervenção do Estado, principalmente quando em relação à interpretação que é feita aos tipos penais concretos previstos pelo legislador (LOPES, 2000, p. 128).

2.5 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUANTO À NATUREZA JURÍDICO-PENAL

Silva (2006, p. 157), ao tratar o crime como sendo uma conduta típica, antijurídica e culpável, aponta três correntes distintas quanto à localização e a natureza jurídico-penal do princípio da insignificância, a saber: a) excludente de tipicidade; b) excludente de antijuricidade; e c) excludente de culpabilidade.

A primeira corrente a ser elencada neste rol, conforme ensina Silva (2006, p. 157), aplica o princípio da insignificância como excludente da tipicidade, sendo esta a corrente majoritária no Direito Penal, corroborada pelos juristas que entendem que a conduta causadora de afetação insignificante ao bem jurídico tutelado é fato atípico para o Direito Penal.

Bittencourt (2007, p.21) também se filia a esta corrente, entretanto afirma que as condutas que se encaixam nos tipos penais sob o ponto de vista formal, mas que não apresentam qualquer relevância material, afastam liminarmente a tipicidade penal, pois o bem jurídico não chegou a sofrer lesão.

Para a segunda corrente o princípio da insignificância atua como excludente de antijuricidade. Antijuricidade, para Jesus (1998, p. 153), é “[...] a relação de contrariedade entre o fato típico e o ordenamento jurídico. A conduta descrita em norma penal incriminadora será ilícita ou antijurídica quando não for expressamente declarada lícita”.

Segundo entendimento de Silva (2006, p. 163), o princípio da insignificância ora atua como excludente de tipicidade, ora atua como excludente de antijuricidade, pois incide sobre a estrutura interna do delito, formada tanto pela tipicidade quanto pela antijuricidade.

A terceira corrente possui menos adeptos e para esses o princípio da insignificância é visto como excludente de culpabilidade, ou seja, circunstância excludente de pena (SILVA, 2006, p. 162).

Conforme se depreende também dos ensinamentos de Silva (2006, p. 151), a culpabilidade não é elemento do crime e sim pressuposto da pena, não podendo ela, por isto, ser configurada como critério da conduta insignificante para o Direito Penal. Esta afirmação se funda no fato de que o princípio da insignificância irá atuar sobre os elementos que compõem a estrutura interna do delito, ou seja, a tipicidade e antijuricidade.

Jesus (1998, p.452-453) entende que a culpabilidade determina a quantidade da pena, pois quanto maior culpa tiver o agente, maior deverá ser sua pena. Não sendo a culpabilidade, deste modo, requisito do crime.

Portanto, segundo o STF o princípio da insignificância tem por escopo excluir ou afastar a tipicidade penal, deste modo não considera a conduta praticada como um crime, resultando na absolvição do réu e não apenas na diminuição e substituição da pena ou não sua aplicação. Ainda segundo o STF, é necessário que se cumpra requisitos como que se faça presente a mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica provocada como por exemplo o furto de algo que possua um valor baixo. Essa aplicação do princípio da insignificância decorre da máxima jurídica já mencionada, qual seja, *minimis non curat praetor*, onde entende-se que não deve ocupar o direito penal de condutas que não representem prejuízos importantes seja ao titular do bem jurídico tutelado ou à integridade da ordem social.

Utilizando-se deste princípio, e do entendimento do ilustre e eminente Ministro José Celso de Mello Filho, o STF tem entendido por meio de seu julgado mencionado abaixo sua devida aplicação, senão vejamos:

O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentaridade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. (...) Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o

reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público" (HC nº 84.412-0/SP, STF, Min. Celso de Mello, DJU 19.11.2004).

Baseando-se no Segundo Amaral (2012):

O anteprojeto, após dizer que não haverá crime nas clássicas hipóteses de estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de direito, estado de necessidade e legítima defesa, também erige a hipótese de aplicação do princípio da insignificância como causa de "exclusão do fato criminoso". Sendo necessário para aplicação do princípio da insignificância deverão estar reunidas as seguintes condições: a) Mínima ofensividade da conduta do agente; b) Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e, c) Inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Diante disto, atendendo a jurisprudência brasileira, o anteprojeto do novo Código Penal traz consigo expressamente para o ordenamento jurídico, o princípio da insignificância. Uma novidade, que permitirá que o Juiz ampare-se no novo artigo de lei, para aplicar o princípio da insignificância com mais segurança.

3 POLÍCIA JUDICIÁRIA

Como o objetivo do presente trabalho é analisar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia, que são as autoridades que dirigem, coordenam ou administram as polícias judiciárias no Brasil este capítulo contemplará o resultado da pesquisa realizada sobre a Polícia Judiciária sendo dividido em quatro seções numéricas, sob os seguintes títulos: *A Polícia Judiciária na história, A Polícia Judiciária no Brasil, O Poder de Polícia e As diferenças entre a Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.*

3.1 A POLÍCIA JUDICIÁRIA NA HISTÓRIA

Nesta seção será mostrada a evolução histórica da Polícia Judiciária, começando pela Antiguidade, passando pela Idade Média e finalizando nas eras Moderna e Contemporânea.

Segundo Rios (2001, p. 25) a Polícia foi criada pelo Estado para garantir o bem-comum e limitar as atividades coercitivas individuais, consistindo no conjunto de serviços organizados pela Administração Pública para assegurar a ordem pública e garantir a integridade física e moral das pessoas, mediante limitações impostas à atividade pessoal.

A palavra Polícia vem do latim *politia*, pois antigamente, nas Cidades-estados da Grécia Antiga as atividades do governo eram chamadas de *politeia*, palavra esta que é originária de *polis*, que significa cidade (GUIMARAES, 2006, p. 21).

Para José Geraldo da Silva (2000, p. 48) a Polícia é definida em um sentido amplo quando se diz que a ordem pública, a disciplina política e a segurança pública foram instituídas primeiramente como base política do próprio povo erigido em Estado.

Conforme Silva (2002, p. 27), a função policial é verificada desde os povos antigos que conseguiram alcançar um grau elevado de civilização, como nos egípcios e nos hebreus, nas primeiras fases da história da humanidade. Porém, a Polícia naquele tempo se ligava às ideias de governo e de administração das cidades.

Ainda conforme mostra Silva (2002, p. 28), em Atenas, capital da Grécia, havia 04 (quatro) jurisdições criminais:

1. Assembleia do Povo, onde se faziam presentes os senadores, chamados de Gerontes, e os magistrados populares, chamados de Éforos, para os crimes mais graves;
2. Aerópago, com 51 magistrados, inicialmente para os crimes em geral, e depois para os crimes de morte;
3. Os Efetas com juízes escolhidos pelo Senado, para os crimes menores;
4. E os Heliastas com jurisdição comum, onde o Intendente de Polícia também conhecido como Prefeito da cidade era o responsável pela ordem pública e pela observância das leis policiais.

O autor acima referido destaca também que uma das mais altas dignidades no exercício da atividade policial teve entre seus grandes nomes o de Platão, Epaminondas e Demóstenes (SILVA, 2002, p. 28). Entretanto, foram os romanos que adotaram o termo *politia*, no sentido de manter a ordem pública, a tranquilidade e a ordem interna (GUIMARÃES, 2006, p. 22).

Para o rei do Egito, chamado Menés, a Polícia era o maior bem de um povo. Já os Hebreus designavam um intendente de Polícia para cuidar de cada quarteirão em que a cidade de Jerusalém fora dividida (GUIMARÃES, 2006, p. 22).

Segundo explicações de Thomé (1997, p. 10), os gregos tinham um “processo onde havia um direito popular de acusação ao magistrado que pedia indícios e testemunhas dos fatos, impondo caução para que o acusador não desistisse do feito”. Com isto, percebe-se que já era utilizada nessa época a prisão preventiva, o instituto da liberdade provisória e ainda a restrição ao direito de acusação às condutas que ocasionariam maior lesão à sociedade do que ao particular.

Entretanto, conforme Thomé (1997, p. 10-11), foi no reinado de Augusto que surgiu o *profectus vigilum* e o *profectus urbi*, que cuidavam dos crimes que não eram punidos com pena capital e eram assistidos por 14 curadores;

subordinados a esses tinham os agentes policiais, que eram responsáveis por investigar os crimes e prender seus autores, bem como realizar os interrogatórios e buscas e apreensões, sendo tudo devidamente formalizado e remetido à autoridade.

Na Idade Média a Polícia ganha uma nova concepção, quando visando à ordem da coisa pública, o Príncipe detinha o poder de arrecadar tributos, poder este chamado de *ius polizei*. (GUIMARÃES, 2006, p. 22-23).

No século XI, na Espanha, a Polícia se encontrava organizada por meio das “hermandades”, responsáveis por perseguir criminosos; na Inglaterra, no século XII, a atuação policial era feita através dos “constables” (THOMÉ, 1997, p. 11).

Ainda conforme Thomé (1997, p. 12), no ano 1020, em Portugal, a organização policial foi conhecida por “Fuero de Leon”, estabelecida pelo regente D. Afonso V, que colocou regras de administração policial que inicialmente eram para ser cumpridas apenas na cidade de Leon, mas logo outras vilas e lugares também foram obrigados a cumpri-las. Por volta de 259 anos depois, mais precisamente no ano de 1279, ainda em Portugal, D. Diniz ordenou a Lei das Pontarias, que dizia que os malfeitores deveriam ser presos por Juízes, Alcaldes, Alvazis, Comendadores e Meirinhos. Em 1383 o Rei Fernando I criou o “Regimento dos Quadrilheiros”, a fim de conter os assaltos nas estradas.

No século XIV o termo “Polícia” passou a ser adotado na França e na Alemanha, a fim de designar a atividade estatal, conforme era na Grécia Antiga. Na Alemanha, apesar de naquela época o Poder de Polícia ser concentrado nas mãos do Príncipe, passou-se a utilizar a expressão “Estado de Polícia”, e por ser ainda o Príncipe detentor deste poder, ignorava-se os direitos dos homens, sendo, portanto, inquisitivo, onde um único órgão era responsável pelas atribuições de investigação e julgamento (GUIMARÃES, 2006, p. 23).

Na era moderna e contemporânea, ainda segundo Guimarães (2006, p. 23), surgindo o Estado liberal, o homem passou a ter direitos e deveres, voltando portanto a responsabilidade da Polícia em manter a segurança e a ordem.

A promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ocorreu em 1789 na França, mas só em 1791 que a missão da Polícia foi definida

pela Assembleia Nacional Francesa. Como explica Silva (2002, p. 30), essa missão foi definida da seguinte forma: “[...] a Polícia deve preceder a ação da justiça, a vigilância deve ser o seu principal caráter e a sociedade, considerada em massa, o objetivo essencial da solicitude”.

Na França, no ano de 1794, a Polícia foi dividida em *administrativa* e *judiciária* e foi teve suas funções positivadas nos artigos 19 e 20 do Código de Brumário, do ano IV, que conforme consta na obra de Silva (2002, p. 30), assim prescreviam:

A Polícia administrativa tem por objeto a manutenção habitual da ordem pública, em cada lugar e em cada divisão da administração geral. Seu fim principal é o de prevenir os delitos, fazer executar as leis, ordens e regulamentos de ordem pública vigentes. À Polícia Judiciária cabe a investigação dos crimes, delitos e contravenções que a Polícia administrativa não puder impedir que fosse cometidos, colige as provas e entrega seus autores aos tribunais incumbidos de puni-los.

Como se vê, a Polícia brasileira obedece basicamente aos moldes do sistema francês, sendo certo que a Polícia administrativa preventiva e a judiciária repressiva/investigativa, visam à obtenção de provas para ajudar o Poder Judiciário na formação do processo penal.

Nesse sentido, Capez (2006, p. 73-75), afirma que a Polícia Judiciária de hoje exerce função auxiliar que tem por objetivo descobrir os crimes e sua autoria, de forma a subsidiar a ação penal.

3.2 A POLÍCIA JUDICIÁRIA NO BRASIL

Até o presente mostrou-se que o conceito de Polícia no decorrer dos anos passou por diversas mudanças, sendo hoje reconhecida como detentora de uma função administrativa estatal que visa a manter a ordem pública, possibilitando a convivência harmoniosa da sociedade, agindo de forma preventiva e/ou repressiva (GUIMARÃES, 2006, p. 24).

No que pertine exclusivamente à evolução da Polícia no Brasil, conforme explica Guimarães (2006, p. 24), foi de Portugal que as manifestações de Polícia foram trazidas, e lá existiam as chamadas Ordenações Afonsinas, que tratavam os magistrados e policiais do mesmo modo. No ano de 1521 vieram as Ordenações Manoelinas, que apesar de todo o poder ser exercido em nome do Rei de Portugal, na verdade eram os governadores que detinham o Poder de Polícia, de acusação e julgamento, seguindo-se ao sistema inquisitório vigente.

Thomé (1997, p. 15) afirma que foi em 1760 que o Rei de Portugal regulou a atividade preventiva e repressiva policial, criando os “Delegados de Província”, “comissários constituídos nas cabeças de Comarcas”, e “réus de delito”.

Entretanto, foi através da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, que Dom João VI, por meio de alvará, criou a Intendência Geral da Corte e do Estado do Brasil.

Depois da proclamação da independência eram os juízes de paz que exerciam o Poder de Polícia, confundindo-se com o Delegado de Polícia, pois a Polícia e a magistratura eram consideradas um único órgão (GUIMARÃES, 2006, p. 26-27).

Em 3 de dezembro de 1841 Dom Pedro II promulgou a Lei nº 261, que em seus artigos estabelecia sobre a Polícia, os chefes de Polícia e suas respectivas atribuições, os Juízes Municipais, os Promotores públicos, os Juízes de Direito, os Jurados, entre outros aspectos pertinentes ao processo criminal.

Ainda segundo o que relata Guimarães (2006, p. 28-29), com a queda do império e a promulgação da Constituição Republicana de 1891, a administração dos Estados-membros passou a ser feita por eles mesmos, que ganharam autonomia. Em 1902 foi reformulada a Polícia, criando-se a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Conforme prevê o atual Código de Processo Penal (CPP), em seu artigo 4º, “a Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”. No Brasil, atualmente a Polícia Judiciária, no âmbito da União é exclusivamente exercida pela Polícia Federal, e no âmbito estadual pelas Polícias

Civis dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 144, § 1º, IV e § 4º, respectivamente, da CF/88:

Art. 144 [...].

§1º - **A Polícia federal**, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

[...].

IV – exercer com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.

§4º - **Às Polícias civis**, dirigidas por delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, **as funções de Polícia Judiciária** e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (grifo nosso)

Conforme dispõe Thomé (1997, p. 25-27), a Autoridade Policial no ordenamento jurídico pátrio é o Delegado de Polícia de carreira e quanto aos Inspectores, Escrivães, Investigadores etc., estes são, por sua vez, agentes da Autoridade Policial, agindo em comunhão nos negócios da segurança pública. Entretanto, o órgão que congrega o Delegado de Polícia e seus agentes é a Polícia Judiciária.

A Polícia Judiciária tem o dever de agir de maneira imediata ao tomar conhecimento da prática de um delito, apurando de maneira exata a sua autoria, as suas causas e consequências. A Polícia Civil, por atuar após o delito ter acontecido, visando constatar a materialidade delitiva e os indícios suficiente da autoria do crime considerado, tudo como forma de subsidiar a propositura da ação penal pelo Representante do Ministério Público (RMP) é assim considerada eminentemente judiciária (SILVA, 2002, p. 37-38).

Para se ingressar no cargo de Delegado de Polícia faz-se necessário ser bacharel em Direito e ser aprovação em concurso público relativo a área jurídica e ser aprovado no curso de formação ministrado aos candidatos aprovados no referido concurso pela academia de Polícia do Estado considerado.

3.3 O PODER DE POLÍCIA

Segundo Moraes (1986, p. 32) a expressão “Poder de Polícia” é derivada da expressão americana *police power*. Garante-se, através da Polícia, a realização prática de uma norma jurídica que o legislador estabeleceu abstratamente. Assim é que a Polícia é mantida pelo Estado para proteger e garantir o cumprimento da lei e a manutenção da segurança pública.

A Polícia é resultado da fusão de princípios que impõem cumprimento às leis e regulamentos para a manutenção da ordem pública e o consequente respeito às garantias individuais e coletivas de todos. O autor Luiz Carlos Rocha define poder de polícia da seguinte forma:

[...] o exercício de um dos poderes do Estado, sobre as pessoas e as coisas, para atender ao interesse público. A Polícia age dentro dos limites do direito e as normas segundo as quais opera concorrem para construir a ordem jurídica e o poder que lhe corresponde concorre mantê-la (ROCHA, 2002, p. 28).

Para Cretella Júnior (1988, p. 537) o Poder de Polícia pode ser explicado da seguinte maneira:

O Poder de Polícia informa todo o sistema de proteção que funciona, em nossos dias, nos Estados de Direito. Devendo satisfazer a tríplice objetivo, qual seja, o de assegurar a tranquilidade, a segurança e a salubridade pública. Caracteriza-se pela competência para impor medidas que visem tal *desideratum*, podendo ser entendida como a faculdade discricionária da Administração de limitar, dentro da lei, as liberdades individuais em prol do interesse coletivo.

Meirelles (2005, p. 136) relata que os atributos que o Poder de Polícia detém são peculiares ao exercício de sua função, tais como a “auto-executoriedade”, que se refere à capacidade que a Administração tem para utilizar meios adequados para dar cumprimento às suas deliberações sem a necessidade de questionar aos outros órgãos nem ao judiciário. Nesse sentido, caberá aos particulares que se sentirem violados em seus direitos, impetrar *habeas corpus*, mandado de segurança ou ajuizar ações específicas na justiça quando de desfavor da Administração Pública.

Nesse mesmo rumo, Lazzarini (2000, p. 90-91) ensina que o Poder de Polícia deve controlar a atividade antissocial e seus excessos, não podendo os atos de Polícia ser dependentes de aprovação anterior de outro órgão que não seja adequado ou estanho à Administração Pública.

A coercibilidade é conhecida pela forma imperativa para cumprimento de atos determinados, não sendo facultado ao indivíduo a não realização da ordem, pois são dotados de presunção de legitimidade. Se tal ordem de cumprimento for desobedecida, é facultada à Administração a utilização da força física, dentro de seus limites, como explica Carlin (2005, p. 221).

Por fim, a discricionariedade, segundo Meirelles (2005, p. 136) resume-se no poder que a União detém de decidir o momento oportuno para agir, dentro do que diz a lei. Em que pese o administrador ter liberdade em muitos casos para exercer o Poder de Polícia, há situações em que o ato se encontra vinculado a uma norma ou regulamento que dita o modo de agir, criando assim o ato vinculado.

Desta forma, o Poder de Polícia é um meio para frear abusos individuais que se revelam nocivos ou inconvenientes ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança da sociedade, sendo este poder limitado às normas legais. Seguem neste sentido as explicações de Azkoul (1998, p. 59), que afirma que o Poder de Polícia é sujeito às limitações jurídicas contidas nos direitos e garantias coletivas e individuais, liberdades públicas, prerrogativas individuais e sociais asseguradas na Constituição e nas leis.

3.4 AS DIFERENÇAS ENTRE A POLÍCIA ADMINISTRATIVA E A POLÍCIA JUDICIÁRIA

Conforme explica Rocha (2002, p. 29), o sistema policial é absolutamente ligado à Revolução Francesa, que abraçou a divisão da Polícia Administrativa e Judiciária, de acordo com a distinção fixada nos arts. 19 e 20 da Lei Francesa de 3 do Brumário, do ano IV, de 1894.

Deste modo, o Brasil acatou para si o sistema policial francês, ou seja, dividiu a Polícia em administrativa e judiciária.

O autor José Geraldo da Silva menciona seu entendimento acerca dessas Polícias. Quanto à Polícia administrativa, leciona que tem por finalidade prevenir crimes, evitar perigos, proteger a coletividade, assegurar os direitos de seus componentes, sendo que sua ação é exercida antes da infração da lei penal. Quanto à Polícia Judiciária, esta se destina à investigação de crimes que não foram prevenidos, buscando-se a autoria destes e juntando provas para encaminhá-los a juízo para serem processados e julgados. Assim, nota-se que a Polícia Judiciária ajuda o Judiciário antes e depois da ocorrência do delito, sendo que depois da ocorrência do crime, cabe a elaboração do Inquérito Policial para investigá-lo (SILVA, 2000, p. 50-51).

Uma das diversidades apontadas por Melo (2005, p. 762) se refere à ação da Polícia Administrativa, que age preventivamente e à ação da Polícia Judiciária, que age repressivamente.

A doutrinadora Di Pietro (2001, p. 111) entende de outro modo. Para ela não é absoluta esta diferença, uma vez que a Polícia Administrativa também pode agir repressivamente e a Polícia Judiciária também pode agir de modo preventivo, pois acrescenta em seu intuito o fim de coibir a reincidência do infrator.

Nesse contexto, Silva (2002, p. 35) diz que entre as duas Polícias existem diferenças, sendo a Polícia Administrativa responsável por reprimir crimes, proteger a sociedade, evitar perigos para manter a ordem e o bem-estar público, sendo, portanto, chamada também de Polícia Preventiva, pois sua ação antecede a infração da lei penal; já a Polícia Judiciária investiga aqueles crimes que não foram prevenidos, necessitando de apuração para apontar a autoria e verificar os indícios, levando-os a juízo, sendo por isto chamada também de Polícia Repressiva.

O autor Gasparini (1993, p. 116) entende do mesmo modo, afirmando que a função da Polícia Administrativa é prevenir lesões ou impedimentos aos interesses coletivos por ações particulares. E a Polícia Judiciária objetiva-se a investigar delitos, a fim de levar ao conhecimento do poder judiciário a autoria destes.

Neste sentido, Gasparini (1993, p. 118) leciona as demais diferenças:

O exercício da Polícia administrativa está disseminado pelos órgãos e agentes da Administração Pública, ao passo que o da Polícia Judiciária é privativo de certo e determinado órgão (Secretaria de Segurança). O objeto da Polícia administrativa é a propriedade e a liberdade, enquanto o da Polícia Judiciária é a pessoa, na medida em que lhe caber apurar as infrações penais, exceto as militares (art.144 § 4º, da CF). A Polícia administrativa predispõe-se a impedir ou paralisar atividades anti-sociais; a Polícia judiciária preordena-se a descobrir e conduzir ao Judiciário os infratores da ordem jurídica penal [...].

Finalmente, para Silva (2002, p. 35), as atribuições da Polícia Administrativa são disciplinadas por leis, decretos, regulamentos etc., ou seja, são regidas pelo direito administrativo, tendo atuação em atividades ilícitas que necessitem intervenção ou ainda fiscalização da Administração Pública. Já as atividades da Polícia Judiciária são disciplinadas pela Constituição Federal, pelas constituições dos Estados, no Código de Processo Penal e em leis orgânicas, atuando essa, portanto, em infrações penais.

4 O DELEGADO DE POLÍCIA COMO PROFISSIONAL DA ÁREA JURÍDICA

Conforme ensina Coimbra (2013), a carreira de Delegado de Polícia teve procedência na Lei 261, de 03 de Dezembro de 1842, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, que estabeleceu as figura do Chefe de Polícia, que era desempenhado por Desembargadores e Juízes de Direito, do Delegado de Polícia, que era exercido por Juízes de Direito e do Subdelegado de Polícia, sendo este cargo desempenhado por cidadãos de reputação imaculada.

Ainda, segundo o entendimento de Coimbra (2013), para conseguir alcançar a carreira de Delegado, precisava-se ser detentor do cargo de Juiz de Direito, sendo atuante a pelo menos quatro anos na magistratura municipal ou de órfãos, ou deter o cargo de promotor público por iguais quatro anos, sendo que para galgar este cargo assim como o de Juiz municipal era necessário ser bacharel em direito. Todos eram nomeados pelo Imperador, ou em sua ausência, pelos Juízes de Direito.

Foi com o advento da Emenda 35 à Constituição do Estado de São Paulo, que se reconheceu formalmente o cargo de Delegado de Polícia como integrante das carreiras jurídicas, mas que por questões políticas na década de 1980, a carreira de Delegado de Polícia teve suas atribuições diminuídas, o que acarretou reflexos visíveis nos dias atuais (SEVALLI, 2013).

Conforme citado no capítulo anterior, Thomé (1997, p. 15) revela que por meio da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1.808, Dom João VI, por meio de alvará, criou a Intendência Geral da Corte e do Estado do Brasil, bem como o cargo de delegado. Este último cargo foi preenchido primeiramente por Paulo Fernandes Viana, então Desembargador e membro da Ordem de Cristo. Dom João VI foi também o criador da Polícia Civil no Brasil.

Ainda hoje, para atuar como Delegado de Polícia, faz-se imprescindível o grau de bacharel em Direito, a admissão em concurso público relativo a área jurídica, tudo conforme previsto na Constituição de 1988 e ainda a admissão no curso de formação da Academia de Polícia. Nesse contexto, visível está que o Delegado de Polícia deve deter conhecimentos teóricos e práticos de vários ramos

do direito pátrio, notadamente dos ramos constitucional, penal e processual penal. Ele deve ser pessoa de reconhecido saber jurídico. Aos poucos, a figura do Delegado de Polícia volta a ter reconhecimento, prestígio tão necessário para um melhor desenvolvimento de suas atribuições.

No contexto em destaque, George Melão pontua o seguinte:

Na legislação Processual Penal antes da Constituição Federal de 1988 entrar em vigor, sob a égide da Lei número 4.611/56 (revogada), cabia ao Delegado de Polícia conduzir os conhecidos Processos Judicialiformes, que tramitavam pelo Rito Sumário, nos termos dos artigos 26, 531 a 538 do Código de Processo Penal (revogados), aplicava-se às Contravenções Penais e Acidentes de Trânsito aos crimes culposos. Neste tipo de procedimento, o Delegado de Polícia mandava citar o réu, presidia audiências, havia contraditório etc (MELÃO, 2012).

Ainda, conforme Sevali (2013), a denominação do cargo de Delegado de Polícia sugere se tratar de uma força auxiliar do Poder Judiciário, presidida por um operador do Direito que teve atribuições delegadas por um juiz de direito. As atribuições afetas hoje ao Delegado de Polícia, outrora eram da competência do Juiz de Direito, podendo-se inferir desse curioso detalhe que a carreira de Delegado de Polícia deve ser composta por juristas com poder de decisão em sede de Inquérito Policial.

4.1 ATRIBUIÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA

Para que a segurança da sociedade seja garantida existem as Polícias anteriormente estudadas, quais sejam, a Administrativa e a Judiciária, sendo o Delegado de Polícia responsável pela chefia da delegacia de sua área, ordenando aberturas de inquéritos policiais, averiguações, entre outros procedimentos que irão ajudar a esclarecer delitos, de forma a possibilitar a propositura da ação penal.

O Delegado de Polícia, conforme explica Rios (2001, p. 70), deve estar ciente de suas atribuições quando ocorrer um delito ou quando receber, de qualquer forma, uma *notitia criminis*, deve forma a conduzir a necessária investigação criminal, que em regra é materializada através do Inquérito Policial (IP).

A presidência do Inquérito Policial é uma atribuição da Polícia Judiciária a cargo do Delegado de Polícia, conforme prevê o art. 4º, do Código de Processo Penal (CPP). O IP consiste em todas as diligências necessárias ao descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e dos seus autores e/ou cúmplices, devendo tudo o que for apurado ser reduzido a instrumento escrito.

Garcia (1987, p. 7) entende que o Inquérito Policial é uma peça informativa que visa à averiguar os fatos, como ocorreram e a sua autoria.

Para Rios (2001, p. 30) o Inquérito Policial, *in genere*, é um procedimento legal que reúne indícios para propor uma ação penal, já o Inquérito Policial *in espécie*, é o próprio inquérito que fora formulado por meio da notícia crime.

Mirabete (1991, p. 77) leciona que o inquérito tem um valor probatório de extrema importância, pois contém informações para que seja intentada a devida ação penal, sendo averiguadas as provas periciais que, em que pese não ter a ajuda do suposto autor do delito, tais provas têm um enorme peso quanto a sua veracidade quando analisadas em juízo.

O Delegado, nos termos do art. 6º, do Código de Processo Penal, deve comparecer ao local do delito e agir para que o local mantenha-se intacto para resguardar a colheita de provas, a oitiva do suposto autor do crime e da vítima, o reconhecimento de pessoas, coisas e acareações, e, futuramente, na aplicação de pena a quem for condenado pela prática do crime considerado. É oportuno destacar que através das investigações realizadas com o IP, pode-se chegar também à constatação de circunstâncias excludentes da tipicidade da conduta praticada pelo investigado ou de circunstâncias que possam excluir a ilicitude do fato (excludentes de crime descritas no art. 23, do Código Penal) ou a culpabilidade do agente. A constatação de quaisquer dessas circunstâncias excluirá o crime e deverá culminar na proposta, pelo Delegado de Polícia, de arquivamento do IP e, por conseguinte, na inocentação do investigado.

O Inquérito Policial deve ser concluído em 30 dias se o fato apurado estiver na competência da justiça comum estadual, quando o investigado estiver em liberdade, podendo ser prorrogado se o delegado solicitar e se o Juiz entender necessário, conforme se depreende do texto do art. 10, §,3º, do CPP. Se acaso o

réu tiver sido preso em flagrante, o *caput* do referido artigo prevê que o IP deverá ser concluído em até 10 dias, a contar da data da prisão.

Se o processo correr na justiça federal, e se o acusado estiver preso, o prazo de conclusão do Inquérito Policial é de 30 dias, podendo ser prorrogado mediante fundada solicitação do Delegado de Polícia.

Ainda acerca do Inquérito Policial, conforme estabelece o art. 7º, do CPP, a Autoridade Policial pode retornar ao local para reproduzir os fatos a fim de elucidar o crime e se assenhora de como ele realmente ocorreu.

Em que pese o Delegado de Polícia ser a autoridade competente para presidir o Inquérito Policial, conforme estabelece o art. 107, do CPP, poderá ele se declarar suspeito para tal. Entretanto, caberá a oposição de suspeição a essas autoridades.

Há divergência doutrinária acerca deste posicionamento sobre a suspeição, pois no entendimento de Silva (2000, p. 94) a suspeição não deveria atingir a Autoridade Policial, uma vez que o Inquérito Policial não é um processo e sim um (mero) procedimento administrativo.

O outro posicionamento é de Rocha (1965, p. 330), que vai de encontro ao disposto no art. 256, do Código de Processo Penal e concorda com o uso da analogia para que o Delegado se considere suspeito, uma vez que o acusado não o faça de propósito para forçar uma suposta suspeição. Para Rocha, o Delegado deve se considerar e declarar sua suspeição nas seguintes situações: a) se for inimigo capital ou íntimo de qualquer das partes; b) se seu cônjuge ou descendente estiver respondendo processo por fato equivalente; c) se seu cônjuge ou parente de sangue ou afim até o terceiro grau responder a processo que tenha que ser analisado por qualquer das partes; d) se tiver aconselhado qualquer das partes; e) se for credor ou devedor do agente ou da vítima; f) se for tutor ou curador do agente ou da vítima; g) se for acionista, administrador ou sócio de alguma empresa que tenha interesse no processo.

O Delegado de Polícia tem a atribuição ainda de verificar se a delegacia possui os livros de registro, inventário, ocorrências, inquéritos policiais, cargas

destes, fianças criminais etc., sendo estes livros obrigatórios para a delegacia e neles há a necessidade de se fazer o termo em que se abre e um que se encerra, devidamente assinado pela Autoridade Policial. Além dessas atribuições, o Delegado deve ainda presidir Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO)¹, lavrar autos de prisão em flagrante, realizar apreensões diversas e requerer perícias diversas em objetos, armas e outros instrumentos ou documentos conexos com o crime, cumprir mandados de prisão, busca e apreensão, proceder a sindicâncias, gerenciar a unidade que estiver trabalhando, entre outras tantas funções citadas abaixo.

Conforme se extrai do artigo escrito por Coimbra (2013), as atribuições do Delegado de Polícia vão além de apenas presidir inquéritos e investigações policiais, cabendo-lhe também várias atribuições de cunho administrativo, a ele atribuídas por normas estaduais ou regimentais.

O Código de Processo Penal estabelece as seguintes atribuições ao Delegado de Polícia:

- Art. 4º ao art. 23 – Do Inquérito Policial
- Art. 32, § 2º – Emitir atestado de pobreza.
- Art. 39 – Receber a representação criminal, nos casos de crimes de ação penal pública condicionada.
- Art. 107 – Declarar-se suspeito, quando ocorrer motivo legal.
- Art. 120 – Proceder à restituição de coisas apreendidas.
- Art. 127 – Representar por medidas assecuratórias junto ao juízo competente.
- Art. 149, § 1º – Representar ao juiz pelo exame de sanidade mental.
- Art. 163 – Providenciar a lavratura de auto circunstanciado de Exumação cadavérico, bem como diligenciar na identificação da sepultura objeto de exumação.
- Art. 168 – Requisitar a complementação dos exames de lesões corporais.
- Art. 169 – Providenciar a não alteração do estado das coisas em local de crime até a chegada dos peritos.
- Art. 174, III – Requisitar os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos para fins de exame pericial;
- Art. 176 – Formular quesitos nas perícias em geral.
- Art. 178 – Requisitar as perícias em geral aos diretores das repartições periciais.
- Art. 180 – Nomear peritos para resolver divergências periciais, requisitar novo exame pericial, quando a divergência não for resolvida.
- Art. 184 – Indeferir a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.

¹ O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é o documento que substitui o Inquérito Policial (IP) nas infrações penais considerados de menor potencial ofensivo, conforme disposto nos arts. 61 e 69, da Lei nº 9.099/95 (“Lei dos Juizados Especiais”).

- Art. 211 – Receber testemunha que fez afirmação falsa calou ou negou a verdade, perante o júri, para instauração de inquérito.
- Art. 218 – Atender requisição judicial para condução de testemunha regularmente intimada que deixou de comparecer em juízo.
- Art. 226 – Providenciar o reconhecimento de pessoas, zelando para que a pessoa a ser reconhecida não veja a pessoa irá reconhecê-la, devendo subscrever o auto de reconhecimento.
- Art. 230 – Expedir Carta Precatória às outras autoridades policiais, visando à acareação e diligências diversas.
- Art. 236 – Nomear pessoa idônea, na falta de tradutor público, para proceder à tradução de documentos.
- Art. 237 – Presenciar a conferência de documentos, para dar valor às públicas formas.
- Art. 241 – Acompanhar as diligências de busca e apreensão decretadas judicialmente ou expedir ordem de missão para o seu cumprimento.
- Art. 245 – Ter sob sua responsabilidade a custódia de coisa ou pessoa.
- Art. 250 – No caso de perseguição que ultrapasse os limites de sua jurisdição, se apresentar à autoridade local competente, bem como zelar pela veracidade dos mandados lhes apresentados por autoridades de outras comarcas.
- Art. 260 – Expedir condução coercitiva quando o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado.
- Art. 277 – Nomear perito não oficial, quando da falta deste.
- Art. 278 – Expedir condução coercitiva para os peritos não oficiais nomeados e que se recusarem a comparecer para realização da perícia.
- Art. 282 – Representar ao juiz por prisão ou medidas cautelares, no curso das investigações criminais.
- Art. 297 – Expedir ordem de serviço reproduzindo os mandados expedidos pelos juízes, para que sejam cumpridos.
- Art. 301 a 310 – Proceder a lavratura de auto de prisão em flagrante, oitivas de testemunhas, vítimas, interrogatório do preso que será recolhido à prisão, exceto no caso de livrar-se solto ou de prestar fiança, concluir o procedimento e encaminhá-lo ao Judiciário, expedindo-se a nota de culpa e comunicações legais.
- Art. 311 – Representar pela prisão preventiva.
- Art. 322 e art. 325 – Conceder e fixar valor da fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- Art. 530-B – Determinar a apreensão dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos, em sua totalidade, juntamente com os equipamentos, suportes e materiais que possibilitaram a sua existência, desde que estes se destinem precipuamente à prática do ilícito contra a propriedade imaterial.
- Art. 744, II – Expedir atestados de comprovação de residência para fins de instrução de reabilitação criminal.
- Art. 763 – Cumprir mandado de captura, expedido pelo juiz, de pessoa submetida a medida de segurança.

No Código de Processo Civil:

- Art. 663 – Receber do oficial de justiça o auto de resistência e a pessoa presa, para providências policiais.
- Art. 1.148 – proceder à arrecadação e ao arrolamento dos bens, quando requisitados pelo juízo cível.
- Art. 1.170 – Arrecadar coisa alheia perdida que lhe for apresentada, remetendo-a ao juiz competente ou converter a arrecadação em Inquérito Policial, quando se tratar de coisa produto de crime (art. 1176).

Na Lei nº 4.737/65, que instituiu o Código Eleitoral:

Art. 55, § 1º, III – Expedir atestado de residência para eleitor.

Art. 245 – Receber comunicação da realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado (§ 1º), devendo nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, designar local amplo e de fácil acesso, de modo que não impossibilite ou frustre a reunião (§ 2º).

Na Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

Art. 9-A – Requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético (DNA).

Art. 202 – Expedir atestados ou certidões de antecedentes criminais, zelando para não fazer constar as condenações criminais cuja pena esteja cumprida ou extinta, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

Na Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro da Aeronáutica:

Art. 92 – Receber comunicação de acidentes aéreos ocorridos por atos delituosos.

Art. 173 – Adotar as medidas cabíveis quando lhe for comunicado pelo Comandante da aeronave, nos casos de mal súbito ou óbito de pessoas.

Há ainda atribuições do Delegado de Polícia no texto da Lei nº 7.960/89, que dispõe sobre a prisão temporária, no que tange a obrigação de representar pela prisão temporária e informar ao preso os seus direitos constitucionais quando do cumprimento da prisão, bem como zelar pela soltura do preso, se não houver outra ordem de prisão.

Na Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária econômica e contra as relações de consumo, a atribuição do Delegado de Polícia está prevista no seu art. 16, parágrafo único: “lavrar o auto de delação premiada, para fins de redução de pena”.

A Lei nº 8.625/93, que disciplina o cumprimento das requisições ministeriais, também atribui responsabilidades ao Delegado de Polícia. Já na Lei nº 9.009/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais, a atribuição do Delegado de Polícia diz respeito à lavratura do termo circunstanciado nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo.

Na Lei nº 9.530/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a atribuição do Delegado se encontra descrita no art. 294, que apregoa que ele deverá representar pela suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição de sua obtenção.

Na Lei nº 11.340/06 (“Lei Maria da Penha”) verifica-se que as atribuições da autoridade em comento consistem em dar atendimento e em representar pela prisão preventiva dos agentes dos crimes nela dispostos.

Conforme prevê a Lei nº 9.296/96, que dispõe sobre a interceptação de comunicações telefônicas, as atribuições do Delegado de Polícia são as seguintes:

- Art. 3º, I - Requerer (representar) pela interceptação telefônica junto ao juiz.
- Art. 6º - Conduzir a interceptação telefônica, dando ciência ao Ministério Público e ao final dar encaminhamento ao juiz.
- Art. 7º - Requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público, para o procedimento de interceptação telefônica.

Na Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a atribuição do Delegado de Polícia está descrita no art. 17-B, que determina que ele tem que requisitar todos os dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartões de crédito.

A Lei 11.343/06 (“Lei antidrogas”) estabelece as seguintes atribuições ao Delegado de Polícia:

- Art. 32 - Proceder na destruição das plantações ilícitas, recolhendo-se quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.
- Art. 32, § 2º - Executar a incineração de drogas apreendidas, mediante autorização judicial.
- Art. 48, § 3º - Proceder na lavratura do TC de porte/plantio de drogas para consumo próprio, liberando o autuado em seguida.
- Art. 50 e 52 - Proceder à lavratura do auto de prisão em flagrante, comunicando imediatamente a prisão a juiz competente e ao final remeter os autos ao judiciário.
- Art. 60 - Representar pela apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos na Lei de Drogas.

Art. 62 - Ter em custódia os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos na Lei de Drogas, podendo, mediante autorização judicial, fazer uso dos referidos bens (§ 1º).

Art. 72 - Representar ao juízo pela destruição de drogas apreendidas.

Na Lei nº 12.830/13, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, constam as seguintes atribuições para aquela Autoridade Policial:

Art. 2º - Funções são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§ 1º - Conduzir as investigações por Inquérito Policial ou outro procedimento previsto em lei.

§ 2º - Requisitar perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

§ 4º - Somente ter avocado ou redistribuído o procedimento policial que está presidindo por ato fundamentado por superior hierárquico.

§ 5º - Ter a sua remoção somente por ato fundamentado.

§ 6º - Fundamentar o indiciamento mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Art. 3º Ter o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

E por derradeiro, tem-se a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, que também traz atribuições pertinentes ao Delegado de Polícia, quais sejam:

Art. 4º - § 2º - Representar, nos autos do Inquérito Policial, pelo perdão judicial para o réu colaborador.

§ 6º - Participar das negociações da colaboração premiada.

Art. 6º, II - Na lavratura do termo de colaboração, propor as condições;

Art. 7º, § 2º - Acesso restrito aos autos de colaboração premiada, juntamente com o juiz, o promotor e defensor.

Art. 8º - Comunicar previamente ao juiz para eventual ação controlada (flagrante postergado, retardado ou diferido), lavrando-se ao final auto circunstanciado.

Art. 10 - Representar pela infiltração policial, determinando a elaboração de relatoria da infiltração aos seus agentes, podendo ainda sustar a infiltração policial quando houver indícios seguros de que o agente infiltrado sofre risco iminente, dando ciência ao juiz e ao ministério público.

Art. 15 - Ter acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

Art. 16 - Ter acesso aos bancos de dados de reservas e registro de viagens, pelas empresas de transporte, cujos dados deverão ser mantidos por um período de 5 anos.

Diante desse grande rol de atribuições legais, entende-se estar por demais demonstrado a importância do Delegado de Polícia no contexto da investigação penal e devidamente evidenciado o seu envolvimento com o Direito, notadamente com o Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Este grande cabedal de atribuições, constitucional e legais, são fatores que engrandecem a carreira em debate e materializa o prestígio maior que se deve dar à referida Autoridade de Polícia Judiciária.

5 O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Após o estudo até agora revelado sobre o princípio da insignificância e as características e funções da Polícia Judiciária, torna-se possível o entendimento do conteúdo deste capítulo. Neste será analisada a discricionariedade do Poder de Polícia, a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia e de possíveis benefícios decorrentes desta medida. Será mostrado, também, a necessidade de se adequar/alterar a legislação processual penal para a implementação da referida modificação.

5.1 O PODER DISCRICIONÁRIO DA AUTORIDADE POLICIAL

A Autoridade Policial tem que ter um extremo cuidado ao cumprir suas funções legais e constitucionais diante dos tantos casos concretos que lhes são apresentados diuturnamente. Este recato deve antes de tudo, primar pelo respeito à dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, pelo não cometimento de arbitrariedades, resguardando-se das ações da Polícia Judiciária as pessoas que não estejam envolvidas nos delitos investigados. A discricionariedade do poder do Delegado de Polícia se refere, portanto, à liberdade e à competência que ele deve possuir para valorar as práticas que policia e na forma como podem graduar as punições aplicáveis aos criminosos.

Segundo Brutti (2007, p. 18), a fundamentação do ato discricionário do Delegado de Polícia deve ser sempre bem elaborada, valendo-se do princípio da proporcionalidade e do bom senso. Nesse sentido, conforme consta do artigo de Brutti, colaciona-se a seguinte decisão em sede de recurso especial do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, nº 679/351:

A determinação da lavratura do auto de prisão em flagrante pelo Delegado de Polícia não se constitui em um ato automático, a ser por ele praticado diante da simples notícia do ilícito penal pelo condutor. Em face do sistema processual vigente, o Delegado de Polícia tem o poder de decidir da oportunidade ou não de lavrar o flagrante.

Como se vê, em sendo a prisão provisória uma medida excepcional, é certo que se deve permitir ao Delegado de Polícia, o primeiro operador do Direito que toma contato com o crime e o suspeito de sua prática, o poder discricionário de decidir, dentro dos limites da Lei, sobre a conveniência ou não da autuação do dito suspeito em flagrante delito.

Conforme relata Mello (2005, p. 267), a discricionariedade é conceituada como:

A margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica, diante do caso concreto, segundo critérios subjetivos próprios, a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal.

Desse modo, conforme se depreende do RT 679/351, a Autoridade Policial pode, nas hipóteses de prisão em flagrante delito, segundo o seu juízo de valor, diante de casos especiais e sem o intuito de violar a lei, decidir por lavrar ou não o Auto de Prisão em Flagrante (APF).

5.2 A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Diante de tudo o que já fora estudado nos capítulos anteriores, verifica-se ser perfeitamente viável que o Delegado de Polícia reconheça e aplique o princípio da insignificância diante dos casos concretos que lhes forem apresentados e que envolverem os chamados crimes de bagatela. Se o fato for atípico não haverá crime e por isso, não se faz necessário mover a Polícia Judiciária e muito menos o Ministério Público e a Poder Judiciário para investigar, denunciar e processar/julgar, respectivamente, o agente de uma conduta que apesar de ser tipificada como ilícito penal me lei, não chegou a afetar juridicamente bem jurídico da “suposta vítima”.

A implementação desta medida em primeiro plano, pelo Delegado de Polícia, autoridade operadora do Direito que toma conhecimento praticamente imediato de todas as prisões realizadas (em regra) pela Polícia Preventiva, certamente resguardará a liberdade de muitas pessoas presas em decorrências de

condutas típicas que, mais tarde, já na fase da instrução processual, acabariam sendo atingidas pelo princípio da insignificância para ver-se o réu absolvido pela exclusão do crime. A medida seria de grande valia no fortalecimento do princípio da economia processual, pois evitaria o APF, a prisão temporária, o indiciamento, a denúncia, o processo e o julgamento etc, implicando tão-somente na lavratura pela Autoridade Policial de relatório circunstanciado sobre os fatos, fundamentando e enquadrando a conduta típica como crime de bagatela e na consequente aplicação do princípio da insignificância para a imediata liberação do agente até então preso em flagrante delito.

Sabe-se que o Delegado de Polícia não pode arquivar o Inquérito Policial, sendo necessário que o Ministério Público requeira e o Juiz decida nesse sentido. Entretanto, não se pode confundir com o boletim de ocorrência, que pode ser arquivado em algumas hipóteses.

A recomendação da DGP do Estado de São Paulo nº 18, de 25 de Novembro de 1998, é de extrema importância para a regulamentação legal da atividade da Autoridade Policial, pois define em seu texto os procedimentos a serem tomados quando há possibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Nesse rumo, nos casos em que não houver justa causa para a instauração de investigação criminal, a recomendação vigente no âmbito da Polícia Civil Paulista é a seguinte:

[...]

Artigo 2º - A Autoridade Policial não instaurará inquérito quando os fatos levados à sua consideração não configurarem, manifestamente, qualquer ilícito penal.

Parágrafo 1º - Igual procedimento adotará, em face de qualquer hipótese determinante de falta de justa causa para a deflagração da investigação criminal, devendo, em ato fundamentado, indicar as razões jurídicas e fáticas de seu convencimento.

Parágrafo 2º - Quando a notícia do suposto ilícito penal chegar ao conhecimento da Autoridade Policial por meio de requerimento (art 5º, II, Código de Processo Penal), esta, em despacho motivado, não conhecerá do pedido, se ausente descrição razoável da conduta a ensejar classificação em alguma infração penal ou indicação de elementos mínimos de informação e de prova que possibilitem o desenvolvimento da investigação.

Parágrafo 3º - Ao conhecer do requerimento, a Autoridade Policial procederá na forma do disposto nos arts 1º ou 2º, "caput" e parágrafo 1º, no que couber.

Artigo 3º - O boletim de ocorrência que, consoante o disposto no artigo 2º dessa portaria, não viabilizar instauração de inquérito, será arquivado mediante despacho fundamentado da Autoridade Policial e, em seguida, registrado em livro próprio.

Parágrafo 1º - No livro mencionado no “caput” deste artigo, será lançado o número do boletim de ocorrência, a data e demais informações concernentes ao seu registro na unidade, natureza e correspondente tipificação penal, a qualificação das partes envolvidas, os objetos apreendidos e suas conseqüentes destinações, o resumo dos fatos tratados, os exames requisitados e os principais dados acerca dos laudos respectivos (número, data, conclusão), o teor do despacho de arquivamento e, finalmente, a assinatura da Autoridade Policial.

Parágrafo 2º - Na via original dos boletins em tela a Autoridade Policial lançará a determinação de arquivamento, datando-a e firmando-a, coligindo, em seguida, em pasta adequada, essa e as demais vias do registro, laudos, autos lavrados, documentos e demais peças que lhe digam respeito, organizando-a em ordem sequencial e cronológica do registro. (grifo nosso).

Ao se analisar a obra de Andreucci (2011, p. 50), percebe-se que seu entendimento corrobora com o posicionamento da DPG número 18 acima mencionada. Nesse sentido, o citado autor relata que “poderá arquivar a *notitia criminis* se não houver justa causa para a instauração do Inquérito Policial”.

Salles Júnior também vai de encontro a este entendimento e leciona da seguinte forma:

Voltando à comunicação do crime diretamente ao Delegado de Polícia, temos que às vezes, apesar da lavratura do Boletim de Ocorrência ou do recebimento da comunicação escrita, o inquérito não é instaurado, por entender a Autoridade Policial que o fato não é criminoso, que a autoria é incerta ou por qualquer outro motivo (CPP, art. 5º. § 2º.).

Portanto, vê-se nitidamente que se o Delegado de Polícia fundamentar devidamente a sua decisão, pode não instaurar o Inquérito Policial ou ratificar uma prisão, mas não se pode olvidar que ele não tem competência para arquivar Inquérito Policial que já tenha sido instaurado.

Neste prisma, importa ressaltar que as atividades da Polícia são alvo de inspeções, principalmente pela respectiva Corregedoria de Polícia e pelo Ministério Público, inclusive de forma inopinada. Assim, as decisões que reconheceram o princípio da insignificância ainda poderão ser reavaliadas e, se for o caso, avocadas pela autoridade inspetora e seguida de determinação para a instauração de inquérito policial em torno do fato com fulcro no art, 5º, inciso II e § 2º, do Código de Processo Penal.

5.2.1 Benefícios ao processo penal

Conforme mostrou-se ao longo deste estudo, verifica-se que a Autoridade Policial é juridicamente capaz, haja vista sua formação e atribuições relativas ao cargo, para discernir em que situações pode se aplicar o princípio da insignificância na fase da notícia do crime. Tendo isso como base e pressupondo que o princípio da economia processual também ronda o processo penal brasileiro, se se deixar para aplicar o princípio da insignificância somente por ocasião do andamento da instrução do processo ou por ocasião da prolação da sentença penal, haverá desperdício de recursos humanos e materiais, afora os prejuízos de ordem moral já suportados pelo réu, o trabalho e o tempo gastos na investigação pela Polícia Judiciária e o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público. Ressalte-se, mais uma vez, que a implementação da medida ora debatida influenciará favoravelmente na economia processual.

Verifica-se, ainda, que a Justiça brasileira necessita de meios para que seja desafogada da enorme quantidade de processos, sendo certo que seguindo-se a medida em destaque, muitos deles não existiriam, pois as questões seriam solucionadas em sua fase inicial pela Autoridade Policial. Dessa forma, vê-se que a adoção da medida em relevo beneficiaria não só aos juízes como também ao Ministério Público e a sociedade em geral, isto sob a égide da conhecida máxima que apregoa que *“todo ser humano é um criminoso em potencial”*.

Não se trata, todavia, de uma forma de permitir que o crime seja aceito de algum modo, mas sim, de dar a devida justiça para aqueles atos infracionais que causam prejuízos juridicamente irrelevantes para a vítima, salientando-se, mais uma vez, que o reconhecimento e a aplicação do princípio da insignificância a um caso concreto deverá ser devidamente fundamentado em relatório exarado pela Autoridade Policial.

5.2.2 Fundamentação adequada para o uso do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia

É necessário que seja elaborado uma adequada fundamentação para o uso do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia, porque atualmente o corpo policial como um todo não tem sido visto com bons olhos pela população, evitando desta forma, suspeitas de omissão por parte da Autoridade Policial.

Para que seja aplicado o referido princípio pelo Delegado, faz-se necessário que o ato seja muito bem fundamentado em posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais. Não se deve afastar a apreciação do relatório e da decisão do Delegado de Polícia pelo Representante do Ministério Público, pois em razão das atribuições constitucionais do MP, isto é uma providência imprescindível.

5.2.3 Previsão legal como solução

O princípio da insignificância vem sendo aplicado reiteradamente pelos tribunais brasileiros e isto facilita a adequação da lei processual penal para se dar competência ao Delegado de Polícia para também aplicá-lo na vanguarda da prática da conduta típica que pode ser contemplada pelo princípio em comento.

Tendo em vista as teses de vários doutrinadores e juízes, e ainda os requisitos criados pelo STF, quais sejam a mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento do agente e a inexpressividade da lesão jurídica comprovada, é necessário que o legislador crie algum mecanismo na legislação processual penal para facilitar a aplicação do referido princípio antes mesmo de se instaurar o Inquérito Policial. Visando a necessidade do reconhecimento desses requisitos no caso concreto, colaciona-se o julgado abaixo para melhor entendimento:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO CONSUMADO E TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

INAPLICABILIDADE. 1. A aplicação do princípio da insignificância há de ser criteriosa, cautelosa e casuística. **Devem estar presentes em cada caso, cumulativamente, requisitos de ordem objetiva: ofensividade mínima da conduta do agente, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e inexpressividade da lesão ao bem juridicamente tutelado.** 2. A conduta reiterada do paciente não pode ser considerada como expressiva de mínima ofensividade. Seu comportamento também não pode ser tido como de reduzida reprovabilidade. Recurso não provido. (RHC 103552, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 01/06/2010, DJe-116 DIVULG 24-06-2010 PUBLIC 25-06-2010 EMENT VOL-02407-03 PP-00717)

HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. UTILIZAÇÃO DE CHEQUE FALSIFICADO.PREJUÍZO QUE BEIRA UM SALÁRIO MÍNIMO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.INAPLICABILIDADE. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO PATAMAR MÍNIMO.EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. MULTIPLICIDADE DE CONDENAÇÕES. EXASPERAÇÃO NA PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPAS DO CRITÉRIO TRIFÁSICO. BIS IN IDEM. INEXISTÊNCIA.

1. Para a aplicação do referido postulado, devem ser obedecidos quatro requisitos, a saber: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.2. Na hipótese, o prejuízo causado com a ação do paciente foi avaliado em R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais). Tal valor não pode ser taxado de insignificante, principalmente se considerado que à época dos fatos (5.5.02), ele se aproximava a 1 (um) salário mínimo.3. De mais a mais, a utilização de cheque falsificado evidencia a presença de periculosidade social da ação, afastando a incidência do referido princípio.4. A existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis autoriza a fixação da pena-base acima do patamar mínimo e o estabelecimento de regime prisional mais gravoso.5. No caso, a Juíza do processo fixou a pena-base em 5 (cinco) meses acima do piso legal, apontando como desfavoráveis a personalidade do agente e as consequências dos crime. Assim, não há falar em constrangimento ilegal. 6. Além disso, havendo multiplicidade de condenações, nada obsta a exasperação da sanção na primeira e na segunda etapas do critério trifásico de aplicação da reprimenda, sem que isso configure bis in idem.7. Ordem denegada.(STJ HC 83.144/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 21/06/2010)

Em 20 de junho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.830 que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, em resposta à polêmica sobre a titularidade da investigação criminal no Brasil.

A Lei 12.830/2013 vetou o § 3º, do seu art. 2º, que dispunha: “o Delegado de Polícia conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade”. Nesse sentido, Sannini (2013) entende que:

Considerando que o Delegado de Polícia possui uma formação essencialmente jurídica, devendo ser bacharel em Direito, sendo submetido

a concursos públicos extremamente rígidos, assim como Juízes, Promotores, Defensores Públicos etc., é dever da Autoridade de Polícia Judiciária analisar o fato criminoso sob todos os aspectos jurídicos. Mais do que isso, na condução da investigação, que objetiva a perfeita elucidação dos fatos, o Delegado de Polícia pode coordenar as diligências de maneira discricionária, de acordo com a necessidade para a formação do seu convencimento sobre o caso. No mesmo sentido e reforçando o exposto nesse ponto, lembramos que a Constituição do Estado de São Paulo garante em seu artigo 140, § 3º, que aos *Delegados de Polícia* é assegurada *independência funcional pela livre convicção nos atos de Polícia Judiciária*.

Isso não significa, todavia, que a Autoridade Policial possa se eximir de *atender* uma requisição feita pelo Ministério Público. Muito pelo contrário. Como titular da ação penal, o Ministério Público pode requisitar diligências que sejam imprescindíveis para o exercício desse mister. O Delegado de Polícia, por sua vez, deve acatá-las não por subordinação ao Ministério Público, mas por respeito ao princípio da legalidade, que deve pautar toda a investigação criminal.

Por derradeiro, a impressão que essa nova lei transmite é a de que o legislador visou a abordar de forma resumida e destacada, que a Autoridade Policial é essencial à justiça, tal como a função exercida pelo Magistrado e os outros membros da carreira judiciária. Dessa forma, acredita-se na perfeita viabilidade de se alterar o CPP com vistas à legalização da aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia.

No entanto, o caput do art 2º da Lei 12.830/13, dispõe que as funções do Delegado de Polícia são de natureza jurídica, no parágrafo 6º do mesmo artigo impõe que o ato de indiciar, privativo de Delegado, deve ser feito de forma fundamentada e mediante análise técnico-jurídica.

Ora, quem pode fazer análise técnico-jurídica para indiciar alguém, também poderá fazê-la para reconhecer o princípio da insignificância de forma a excluir o crime pela falta de tipicidade.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objeto o estudo da aplicação do Princípio da Insignificância pelo Delegado de Polícia.

Observou-se que a maior parte da doutrina considera a origem do princípio da insignificância vinda do Direito Romano e reintroduzida no Direito Penal na Alemanha por ocasião do pós-primeira-guerra mundial, onde com a fragilidade da economia, ocorreram pequenos furtos em grande quantidade.

O princípio da insignificância propõe uma interpretação restritiva aos tipos penais, levando-se em conta que a tipicidade penal pode ser formal, conglobante ou material, sendo tal princípio entendido de forma majoritária pela doutrina como excludente da tipicidade da conduta sempre que esta não ocasionar lesão significativa a bem jurídico tutelado pelo Direito Penal.

Acerca da Polícia Judiciária constatou-se com a pesquisa que este órgão vem sofrendo mudanças no decorrer da história, sendo certo que desde o reinado de Augustus, na Roma Antiga, os agentes policiais eram responsáveis por investigar os crimes e prender os autores. No entanto, constatou-se também que na Idade Média a Polícia Judiciária passou a ser vista de forma diversa, vindo o Poder de Polícia a ser exercido com exclusividade pelo Príncipe. Este Poder permaneceu nas mãos dos reis até a chegada da era Moderna e Contemporânea, quando a função policial foi definida na Assembleia Nacional Francesa e dividida em Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Já no Brasil, as manifestações de Polícia vieram de Portugal, quando a família real portuguesa veio para o Brasil e Dom João VI criou a Intendência Geral da Corte e do Estado do Brasil. Como a proclamação da independência os juízes de paz passaram a exercer o Poder de Polícia e em 1841 Dom Pedro II criou a Lei nº 261 que discriminou as funções da Polícia e as atribuições dos juízes, promotores e outros funcionários públicos empregados nesse mister. Finalmente, em 1891, com a queda do Império e a promulgação da primeira Constituição da República, os Estados passaram a ter autonomia para se organizarem. A Polícia Brasileira seguiu então o modelo da Polícia Francesa, dividindo-se em administrativa, responsável pela prevenção e repressão criminal e com a finalidade de proteger a sociedade, e a Polícia Judiciária, destinada a

investigar os crimes que não puderam ser prevenidos, de forma a oferecer subsídios ao Ministério Público, com o Inquérito Policial, para a propositura da ação penal e a realização do devido processo legal.

Sobre a atuação do Delegado de Polícia como profissional da área jurídica, a pesquisa evidenciou que este cargo, bem como a Polícia Judiciária em geral, se mostra como uma força auxiliar do poder judiciário, dirigida por um servidor público bem preparado e tem atribuições legais que outrora eram delegadas aos juízes de direito, exteriorizando o entendimento de que a carreira de Delegado de Polícia deve ser composta por juristas com poder de decisão em sede de Inquérito Policial. Quanto às atribuições do Delegado de Polícia, viu-se que estas vão além da presidência de inquéritos/investigações policiais e englobam um extenso rol de obrigações legais, sendo muitas delas de caráter essencialmente administrativo, delegadas por normas estaduais ou regimentais.

Quanto à aplicação do princípio da insignificância, observou-se que a Polícia Judiciária é responsável pela primeira resposta que se dá à sociedade após a eclosão do delito, e que esta mesma sociedade, por sua vez, cobra celeridade e justiça de todos os envolvidos na persecução penal.

Diante desta realidade, deve-se alterar o CPP para se atribuir competência ao Delegado de Polícia para reconhecer e aplicar o princípio da insignificância diante dos casos concretos que lhes são apresentados, pois a pesquisa constatou que eles possuem capacidade técnica e cultura jurídica suficientes para o exercício de mais esta atribuição e isto, certamente, se traduzirá numa forma de melhor valorizar e reconhecer a importância desses servidores públicos. Nesse contexto, destaca-se que a Delegacia Geral do Estado de São Paulo, como foi mostrado alhures neste trabalho, possui regulamentação específica que define os procedimentos e a forma como se aplicar o princípio da insignificância ao fato típico que tenha sido de mínima ofensividade ao bem jurídico tutelado, devendo ser feito ainda na seara da análise da notícia do crime. Verificou-se também que é razoável entender-se pela aplicação deste princípio pelo Delegado de Polícia até mesmo na fase de Inquérito Policial, uma vez que tal ato sempre será devidamente fundamentado e deverá passar pelo crivo do Ministério Público antes de ser concluído.

A proposta em debate colaborará em muito para a racionalização da prestação jurisdicional, reduzindo o número de ações penais a serem processadas e julgadas pelos juízes; isto certamente dará maior celeridade aos processos a cargo do Poder Judiciário e propiciará o efetivo cumprimento do princípio da razoável duração do processo, inserido na CF/88 com a Emenda Constitucional nº 45/2004.

Por fim, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, ficando explícita a viabilidade de o Delegado de Polícia passar a ter a atribuição para reconhecer e aplicar o princípio da insignificância nos casos concretos que a lhes forem apresentados e que se amoldarem ao conceito doutrinário de crime de bagatela. Espera-se que este estudo possa ser levado ao conhecimento dos membros do Congresso Nacional e possa servir-lhes de subsídio à concretização de tão importante medida na seara processual penal deste país.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos Eduardo Rios de. **O princípio da insignificância no anteprojeto do Código Penal**. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8158>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

AZKOUL, Marco Antônio. **A polícia e sua função constitucional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1998.

BARBOSA JÚNIOR, Salvador José; FRANZOI, Sandro Marcelo Paris; MORGADO, Nara Cibele Neves. Breves anotações do princípio da insignificância. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, a. 71, nº 41, p. 28-41, dez/jan. 2007.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 11. ed. atual. v.1. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Institui o código penal brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em 10 de abril de 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Institui o código de processo penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 11 de março de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 de março de 2013.

BRUTTI, Roger Spode. **Revista IOB de direito penal e processual penal**. 7. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARLIN, Ivo Volnei. **Direito administrativo: doutrina, jurisprudência e direito comparado**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Florianópolis: OAB/SC, 2005.

COIMBRA, Valdinei Cordeiro. A Lei n. 12.830/2013 e o tratamento protocolar dispensado ao Delegado de Polícia. **Conteúdo Jurídico**, Brasília: 04 set. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2_Valdinei_Coimbra&ver=1637>. Acesso em: 14 de setembro de 2013.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 3. ed. rec. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1993.

GOMES, Luiz Flávio (Coord.). **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, v. 2.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

GUIMARÃES, Rodrigo Régner Chemim. **Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. Curitiba: Juruá, 2006.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**. 21. ed. rev. v1 (parte geral) e atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Princípio da insignificância no direito penal: análise à luz das Leis 9.0099/95, Juizados Especiais Criminais, 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro e da jurisprudência atual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 30. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELÃO, George. **Delegado de polícia – carreira jurídica**. 2012. Disponível em: <<http://www.sindpesp.org.br/index.php/79-diretoria/140-delegado-de-policia-carreira-juridica>>. Acesso em: 22 de março de 2013.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo penal**. 17. ed. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Bismael B. **Direito e polícia – uma introdução à Polícia Judiciária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

QUEIROZ, Paulo. **Direito penal – parte geral**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIOS, Carlos Alberto dos. **Manual teórico e prático de polícia judiciária**. São Paulo: Edipro, 2001.

ROCHA, Ubirajara. **Problemas de polícia e direito**. São Paulo: Editora, 1965.

ROCHA, Luiz Carlos. **Manual do delegado** – procedimentos policiais. São Paulo: Edipro, 2002.

ROXIN, Klaus. **Política criminal e sistema jurídico-penal**. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ROXIN, Klaus. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Org. e trad. André Luis Callegari; Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

ROXIN, Klaus. **Problemas fundamentais de direito penal**. Tradução de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz. Lisboa: Veja, 2004.

SÃO PAULO. **Portaria DGP 18, de 25/11/98**. Disponível em: <<http://www2.policiaicivil.sp.gov.br/x2016/modules/smartsection/item.php?itemid=18>>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

SAVALLI, Luca Cazarini. **A aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial**. 2013. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=10606>. Acesso em 25 de abril de 2013.

SILVA, José Geraldo da. **O inquérito policial e a polícia judiciária**. Campinas: Bookseller, 2000.

SILVA, José Geraldo da. **O inquérito policial e a polícia judiciária**. 4. ed. rev. e atual. Campinas: Millenium, 2002.

SILVA, Ivan Luiz da. **Princípio da insignificância no direito penal**. Curitiba: Juruá, 2006.

STF. **Glossário Jurídico**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbetes.asp?letra=P&id=491>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

THOMÉ, Ricardo Lemos. **Contribuição à prática de polícia judiciária**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1997.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. 6. tir. São Paulo: Saraiva, 1999.

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico penal**. Trad. Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. v. 1, parte geral. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.